



TEXTO SÍNTESE DO GT 2

FEMINISMOS, AGROECOLOGIA E O COMUM NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de¹; SANTOS, Janaina Henrique dos²; COIMBRA, Marina Ribeiro³; PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes da⁴

¹ Coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) e Diretora de Fomento em Agricultura Urbana, Familiar e Abastecimento da Sub-secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (daniadil.aue@gmail.com);

² Assessora Técnica e Coordenação Executiva na Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte - AACC/RN (naina_henrique@yahoo.com.br);

³ Graduanda em Ciências Socioambientais e integrante do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) (marinaribeirocsa2014@gmail.com);

⁴ Assessora Técnica e Coordenadora Executiva da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), Belo Horizonte, Minas Gerais (lorena@redemg.org.br)

A) Apresentação: informações gerais sobre o texto síntese

A proposta do GT 02 – *Feminismos, agroecologia e o comum na construção de sistemas alimentares urbanos* – foi construída por várias mãos. Colaboraram mulheres com diferentes trajetórias e inserções profissionais e acadêmicas, que participam de organizações e coletivos regionais e nacionais de agricultura urbana, agroecologia e feminismo, dentre outros temas. Como exemplos, destacamos o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Rede Agroecologia e Feminismo do Nordeste, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a Rede Urbana de Agroecologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (R.U.A. Metropolitana).

As autoras que cooperaram no texto-síntese apresentam inserções ativistas, acadêmicas e profissionais complementares, atuando em instituições como a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC/RN), a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) e a Diretoria de Fomento em Agricultura Urbana, Familiar e Abastecimento da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN).

Os oito trabalhos selecionados para o GT 02 também indicam significativa diversidade organizacional que ancoram as experiências apresentadas – instituições governamentais, organizações não governamentais (ONG's), grupos universitários e núcleos de estudo em agroecologia (NEAs), associações e articulações da sociedade civil e coletivos independentes (Anexo). As autorias somam dezessete mulheres, observando-se que não foram apresentados trabalhos por, ou com, a participação de agricultoras. Duas autoras são assessoras técnicas, dez autoras são graduadas, sete estão na graduação, três indicaram ter título de mestre e uma indicou possuir título de doutora.

O fato de algumas das autoras atuarem profissionalmente como assessoras técnicas, extensionistas e pesquisadoras sinaliza tanto um engajamento com problemáticas das mulheres na agroecologia urbana quanto a sua contribuição nas experiências das mulheres, assim como a compreensão de uma especificidade e um tempo das mulheres a ser considerado.

Os trabalhos apresentados têm naturezas diferentes, mas a maioria se caracteriza por relatos de



processos/experiências desenvolvidos pela universidade - sobretudo no âmbito da extensão - e por organizações de assessoria técnica. Um dos trabalhos se refere a um projeto de doutorado ainda em andamento e nenhum dos trabalhos selecionados está relacionado a projetos de monografia ou de mestrado.

Referências teórico-conceituais

Sistemas alimentares urbano-regionais, feminismos e o comum

A organização de sistemas alimentares urbanos tem, crescentemente, despertado a atenção internacional e o interesse de setores da sociedade historicamente menos envolvidos com as práticas, lutas e políticas públicas relacionadas à agricultura e à alimentação. Adicionalmente, esta agenda de debates tem aproximado - e pode aproximar ainda mais - trajetórias e narrativas, como a agroecologia, a agricultura urbana, a agricultura familiar, o direito humano à alimentação adequada, o feminismo, a produção e a gestão dos bens comuns, o direito à cidade e o próprio planejamento urbano, dentre outras.

Na agenda internacional, promovida por agências bilaterais, organizações do sistema ONU e ONGs de atuação global, os sistemas alimentares urbano-regionais têm sido compreendidos como a "complexa rede de atores, processos e relacionamentos ligados à produção, transformação, comercialização e consumo de alimentos que existem em uma determinada região geográfica que inclui um centro urbano mais ou menos concentrado e as regiões periféricas e rurais vizinhas; uma paisagem regional através da qual os fluxos de pessoas, bens e serviços do ecossistema devem ser gerenciados" (FORSTER et al, 2015). A literatura internacional destaca diferentes dimensões relacionadas às conexões entre os centros urbanos e as zonas rurais circundantes - ecológicas, socioeconômicas e de governança (JENNINGS, 2015), processos necessários para a estruturação de sistemas alimentares urbano-regionais e algumas temáticas centrais nesse debate, como urbanização sustentável, segurança alimentar e nutricional, gestão dos recursos naturais e ambientais, incluindo a preservação dos ecossistemas, desenvolvimento rural, produção agrícola, distribuição e comercialização de alimentos (DUBBELING et al, 2016).

Observa-se, entretanto, que, nesse campo internacional de debates, existem lacunas importantes no sentido de incorporar abordagens teórico-conceituais contemporâneas seja sobre os feminismos, o urbano e o comum e, até mesmo sobre o fundamental entendimento, que representa a contraposição entre a agroecologia e o agronegócio para a organização de sistemas alimentares justos e sustentáveis. São também necessários posicionamentos teórico-conceituais os quais expressam diferentes concepções acerca da agricultura familiar e da agricultura urbana que orientam a ação de organizações sociais, empresas e poder público.

Nessa perspectiva, o GT 02 coloca em evidência alguns referenciais teórico-conceituais que entende como imprescindíveis para subsidiar o debate e construir uma abordagem mais crítica e sensível acerca dos sistemas alimentares urbano-regionais.

Em primeiro lugar, gostaríamos de chamar a atenção para a importância de considerar as perspectivas feministas articuladas às abordagens contemporâneas acerca do comum. O feminismo - enquanto teoria e prática política - e o comum - como discurso e princípio político - encontram importantes convergências que

2



ampliam as discussões teóricas e orientam práticas pautadas em uma economia não capitalista, não predatória e centrada no bem viver. Como ressalta Federici (2014), a perspectiva feminista é condição básica para se pensar as dinâmicas relacionadas aos bens comuns e os trabalhos a estes vinculados, na medida em que os trabalhos denominados “trabalhos de reprodução” são historicamente desempenhados pelas mulheres. Os bens comuns têm como referência a socialização dos recursos materiais e as relações de trabalho baseadas em apoio e afeto (Idem, 2014). Desta forma, tanto a economia feminista, quanto as reflexões sobre os impactos do patriarcado nas vidas das mulheres, e como elas encontram estratégias para se oporem a essas determinações, têm muito a contribuir para as formulações teóricas e para orientar as práticas pautadas nos princípios “do comum”.

Partindo da literatura disponível sobre o tema, Tonucci Filho (2017, p.27) considera que “o comum designa os bens, espaços e recursos (materiais e/ou imateriais) que são produzidos e apropriados coletivamente por uma dada comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, fora do âmbito do Estado e do mercado e dos seus respectivos regimes de propriedade: público e privado”. E tal como abordado na vertente mais crítica da literatura, “o comum é mais uma relação social, um modo de produção e um princípio político do que um bem ou um regime coletivo de propriedade” (idem, p.101). Em semelhante direção, Dellenbaugh et al. (2015) destacam que o comum envolve necessariamente três dimensões inseparáveis e interdependentes: 1) um recurso compartilhado não mercantilizado, material ou imaterial; 2) a comunidade que usa e sustenta tal recurso; 3) as práticas de fazer-comum e as instituições criadas para gestão coletiva do mesmo. Ou seja, nada é comum por natureza: um recurso é tornado comum por uma prática coletiva de gestão e cultivo do mesmo (DARDOT, LAVAL, 2015).

Conceitos trabalhados pelos estudos teóricos da economia feminista como o bem viver, a economia de cuidados e a economia doméstica, ganham centralidade para a compreensão das outras manifestações econômicas além da economia de mercado (CARRASCO, 2009). Nesse sentido, o conceito “sustentabilidade da vida” ajuda a situar os processos de reprodução dos ciclos da vida e complexificar as análises das lógicas sob as quais esses trabalhos são desempenhados pelas mulheres, ampliando o olhar sobre a economia ao incluir o equilíbrio e a equidade dos aspectos sociais e ecológicos como pressupostos da expressão econômica (Idem, 2009).

Para a economia centrada na sustentabilidade da vida, tanto as relações de troca e cuidado, como as condições de vida das pessoas e da natureza são aspectos fundamentais a serem considerados. Desta forma, as realidades laborais das mulheres em regiões urbanizadas compõem a múltipla trama de relações que esse conceito evoca e devem ser levadas em conta em suas formulações. As experiências das mulheres que desempenham trabalhos de cuidado, sobretudo das que praticam (e vivem) a agroecologia estão estreitamente vinculadas com o manejo e a conservação dos bens comuns, como as águas, o ar e os espaços comunitários de cultivo, mesmo nos contextos urbanos. Nesses contextos, os trabalhos das mulheres, ainda que invisibilizados, integram os sistemas alimentares urbano-regionais, coexistem com outras dinâmicas do território e estão engajados na disputa pelos diferentes usos do espaço. São as mulheres, muitas vezes, as protagonistas das lutas pela gestão e manutenção dos bens que não seguem a lógica de produção capitalista, produção está focada na maximização dos lucros e, assim, na exploração privada e predatória dos recursos naturais e/ou dos



meios materiais comuns.

Cabe ainda explorar melhor a articulação entre a economia feminista e a economia solidária como ferramenta de autonomia em produção, comercialização e bem-viver, a exemplo de iniciativas organizadas por mulheres que integram o movimento feminista e movimento da economia solidária. Essas intersecções acontecem nas esferas entre o público e o privado, produção e reprodução, garantindo certa autonomia através de estratégias de muitas mulheres organizadas em grupos de produção e/ou comercialização que permite não apenas executar trabalhos e gerar renda, mas também permite a participação social e formação política (HILLENKAMP; GUERIN; VERSCHUUR, 2014).

A filósofa Celia Amorós (2007) afirma que “fazer ver” é a expressão que marca o feminismo enquanto teoria, logo a anunciação das vozes das mulheres é princípio básico para começarmos qualquer processo de transformação que inclua as mulheres como sujeitas de direito no campo agroecológico e na construção de alternativas que tem como fundamento o princípio do comum. Seguindo por este caminho, ao registrar as experiências de agroecologia desempenhadas pelas mulheres no campo e na cidade, conferimos visibilidade a essas práticas, articulando teorias feministas que tem como princípio o combate às discriminações de gênero e a defesa da igualdade de direitos com as dinâmicas da produção do espaço urbano, demarcando as facetas - e os processos vinculados a elas- que a discriminação de gênero assume.

Agroecologia, agricultura familiar e agricultura urbana

O referencial político e conceitual da agroecologia faz um contundente contraponto ao modelo do agronegócio e suas implicações econômicas, sociais e ambientais. Esse referencial se articula à construção de um novo paradigma produtivo, no qual a reprodução da vida e o interesse comum se opõem à reprodução do capital e ao modelo do agronegócio, como processo de mercantilização e imposição da lógica industrial à atividade agropecuária e à produção de alimentos predominante no sistema agroalimentar contemporâneo. O debate conceitual e a ação política do campo agroecológico têm, como uma de suas fundamentações, a interação entre os saberes tradicionais e o conhecimento técnico-acadêmico e, como um dos objetivos, a construção de uma nova plataforma de desenvolvimento para o meio rural.

No que toca a agricultura urbana e a agricultura familiar também, identificamos concepções mais ou menos críticas na literatura, na pauta de política públicas, nas agendas dos movimentos sociais e nas iniciativas internacionais.

Particularmente no caso brasileiro, por causa do processo histórico mais amplo de conflitos fundiários e, das disputas de modelos de agricultura e desenvolvimento rural, o conceito da agricultura familiar ainda é objeto de intensos debates e de diferentes interpretações dos seus significados que podem, desde se aproximar ao campesinato, a ser incluída na categoria genérica do "agronegócio" (SAUER, 2008; WANDERLEY, 2014). Um elemento importante na consolidação da categoria “agricultura familiar” foi sua adoção, pelo Estado brasileiro, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Esse marco trouxe conquistas significativas no plano oficial e na formulação de políticas e programas do Governo Federal relacionados à agricultura familiar e à agroecologia, mas também trouxe limitações importantes



que precisam ser melhor compreendidas e enfrentadas tanto para ampliar o acesso a direitos de segmentos não incorporados nessa construção - com destaque para reivindicações dos movimentos feministas - , como para avançar na apropriação da agroecologia como orientadora da organização de sistemas alimentares.

Já as abordagens sobre agricultura urbana oscilam entre extremos, que lhe atribuem um papel dentro da lógica capitalista do sistema alimentar e de produção das cidades ou, enfatizam seus benefícios para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana, entre outros (McCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014a). Contudo, é mais importante considerar que a construção do conceito de agricultura urbana tem acontecido simultaneamente à experimentação de práticas, processos de mobilização e organização social e dinâmicas de elaboração de políticas públicas. E como um processo em movimento, a conceituação da agricultura urbana permanece aberta a uma disputa por significado, que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e concepções de sociedade e de cidade (ALMEIDA, 2016).

No contexto brasileiro, o crescente interesse pela relação entre a agroecologia e a agricultura urbana tem proporcionado um deslocamento do lugar periférico que a agricultura ocupa nas atenções, tanto das políticas quanto dos estudos urbanos. Esse deslocamento é observado tanto no sentido de se repensar a cidade como espaço possível de convivência entre as pessoas e a natureza, como na relação com movimentos de contraposição à urbanização industrial e de promoção de modos de vida mais sustentáveis na sociedade em urbanização. Articuladas a abordagens politizadas da questão ambiental, as práticas agrícolas urbanas evidenciam a natureza como base material e simbólica de vida e de trabalho nos centros urbanos. A aproximação entre a agroecologia e a agricultura urbana tem levado à configuração da agroecologia urbana como um novo campo contemporâneo de estudos e ação política, ao mesmo tempo em que denuncia, e anuncia, alternativas ao modo capitalista de produção e consumo de alimentos, assim como de produção (e consumo) das cidades. Além disso, promove a aproximação entre diferentes campos disciplinares e lutas políticas, contribuindo para superar velhas dicotomias, como rural-urbano, campo-cidade, sociedade-natureza (ALMEIDA, 2016).

De que urbano estamos falando?

As abordagens de agroecologia e de agricultura familiar e em alguma medida, mesmo da agricultura urbana tendem a reforçar visões dicotômicas sobre a relação rural-urbano e dificultar uma aproximação entre diferentes sujeitos e atores envolvidos com experiências e práticas agrícolas em territórios metropolitanos.

Para além das visões que enfatizam a contraposição, ou mesmo a complementação, entre rural e urbano, as reflexões propostas pelo GT 02 se fundamentam na perspectiva teórica sobre a dialética socioespacial e sobre a produção do espaço urbano, que compreende o urbano como substantivo e não como um adjetivo relacionado à cidade. Várias/os autoras/es argumentam que as relações sociais produzem espaço e são, ao mesmo tempo, afetadas pela dimensão espacial, sendo então o espaço uma categoria central para se compreender a sociedade.

Neste sentido, ressaltamos as especificidades das relações entre as mulheres e a produção do espaço urbano, no que tange tanto às opressões e violências sofridas em contextos urbanos quanto às potencialidades



de organização e articulação das mulheres em torno da afirmação de suas autonomias e luta pelo direito à cidade. Como pontua Clarice Rodrigues (2017):

[...] apesar de ter sofrido algumas mudanças, a questão da subordinação da mulher e de sua ausência na produção do espaço urbano continua muito pequena, quando não nula, podendo ser esse o fator crucial que explica como são diferentes as formas de apropriação do espaço urbano entre os homens e as mulheres. (p.6)

Assim, para refletir sobre a complexidade dos feminismos e do comum na construção de sistemas alimentares urbano-regionais, deve-se ter em vista que as relações de gênero são elementos da construção dos processos de produção do espaço, desta forma, se faz necessário compreender como as realidades das mulheres agricultoras se materializam no espaço, evidenciando as opressões - violência, questões relativas à mobilidade, extensas jornadas de trabalho, acesso a bens e serviços - que dificultam o exercício da plena autonomia e do engajamento das mulheres na agroecologia, bem como as possibilidades - políticas, organizativas, institucionais e, autônomas - que emergem imbricadas nas diferentes configurações socioespaciais dos territórios urbanos.

Ermínia Maricato (2000) afirma que existe uma exclusão urbanística, ou seja, existe uma parte da cidade que é invisível, não cabe no mercado imobiliário legal/formal e inclusive o poder público desconhece sua realidade quando planeja investimentos e políticas. Da mesma forma, são invisíveis mulheres, negros, negras, e imigrantes, cujo cotidiano é bem diferente do indivíduo tomado como modelo para o planejamento e organização das cidades.

Chamamos de androcêntricas as construções sociais que tomam a experiência masculina como universal. Definitivamente podemos afirmar que o espaço urbano é androcêntrico. Sua construção tem como referência as experiências de vida e trabalho de homens adultos, com emprego e automóvel. Esta experiência se realiza, sobretudo no espaço público e, diferente da experiência da maioria das mulheres, não está marcada pelas responsabilidades com a reprodução, com o trabalho doméstico e de cuidados. A experiência cotidiana de vida, trabalho, deslocamentos, encontros e lazer é diversa em se tratando de homens e mulheres, mas também entre as mulheres considerando sua classe, sua raça e nacionalidade (MORENO, 2015).

Esse caminho de aproximação entre as teorias e práticas feministas e, as teorias e práticas da urbanização e produção do espaço, conecta lógicas e processos que foram e são tratados separadamente pelos mais diversos setores da sociedade, refletindo na deficiência contemporânea em se tratar das questões de gênero de maneira integrada aos processos de planejamento urbano e nas políticas públicas voltada para as mulheres em contextos urbanizados. Desta forma, resgatar e trabalhar tal articulação, aliada aos princípios do comum e de outros conceitos - que caminham juntos com diversos campos acadêmicos e de movimentos sociais agroecológicos - como o bem-viver e a sustentabilidade da vida, confere criticidade e complexidade para as análises e auxilia na construção de sistemas alimentares urbano-regionais que incorporem as dimensões políticas, culturais, econômicas, históricas, espaciais e ambientais da produção, do beneficiamento e da comercialização de alimentos.

Para melhor compreensão do que se entende por "urbano", Lefebvre (1991) indica que vivemos em



uma zona crítica de passagem entre uma era industrial e uma era urbana, e o urbano (em formação, abreviação de “sociedade urbana”) não pode ser reduzido ao urbano-industrial, nem a uma consequência da industrialização. A “sociedade urbana” deve ser entendida como um horizonte, uma possibilidade da emancipação social e não como realidade acabada.

Este enfoque teórico fundamenta, da mesma forma, uma necessária diferenciação entre o urbano e a cidade, assim como uma visão crítica sobre noções muito difundidas que os associam a espaços artificiais, construídos, de consumo e de serviços, e não como territórios onde a agricultura pode e é capaz de se desenvolver (ALMEIDA, 2016). O “direito à cidade”, tema importante na obra de Lefebvre, chama a atenção para a luta pela cidade como uma ação política, pelo direito de participação na construção dessa obra coletiva e de apropriação desse bem comum (LEFEBVRE, 2011, p. 134). Essa perspectiva amplia as possibilidades de politização da questão urbana, articulando-se à luta pela afirmação das diferenças frente aos processos de homogeneização de espaços e modos de vida, resultante do modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2016). Os esforços para uma articulação entre as formulações conceituais e políticas relacionadas à produção social do espaço urbano e à agroecologia, nos mostram as diversas concepções de agricultura e concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo, fundamentando a construção de um referencial conceitual crítico e sensível para explicitar de que urbano e de que agricultura estamos falando. Nos permitem, ainda, avançar na construção de um novo campo de construção do conhecimento em torno da “agroecologia urbana” (ALMEIDA, 2016).

A incorporação dessa concepção de urbano pelas mulheres que integram o movimento agroecológico amplia as possibilidades de articular e incorporar novos sujeitos e segmentos da população, uma vez que os princípios da agroecologia podem ser, cada vez mais, percebidos e apropriados como questões fundamentais para os territórios urbanos e para a sociedade brasileira em urbanização, e não apenas como uma problemática rural ou da economia nacional.

Já a incorporação da perspectiva agroecológica pelas organizações e movimentos urbanos amplia o escopo político e conceitual, bem como a necessária noção de justiça social que deve ser incorporada na construção de sistemas alimentares, na produção do espaço urbano e no fomento da economia local e regional. Em várias cidades do norte e do sul global, existem iniciativas implementadas por organizações da sociedade civil e pelo poder público que podem ser melhor compreendidas e articuladas. Particularmente, interessam as experiências do trabalho reprodutivo, envolvendo o cuidado e a gestão dos bens comuns necessários à subsistência, que são usualmente negligenciadas no viés economicista predominante nas análises e políticas de abastecimento alimentar dos centros urbanos.

O GT “Feminismos, Agroecologia e o Comum na Construção de Sistemas Alimentares Urbanos” tem como principal objetivo refletir sobre as especificidades das práticas e teorias feministas e agroecológicas nos territórios urbanos e metropolitanos, que indicam caminhos para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Busca também reunir coletivos, agentes públicos e redes brasileiras ou internacionais para identificar e aprender com experiências existentes e construir novas conexões para a organização de sistemas alimentares agroecológicos em regiões urbanas e metropolitanas. Pretende ainda, de forma não menos importante, conectar mulheres e promover um momento de partilha que nos inspire e dê forças para

seguirmos nossa jornada.

Considerações finais

O conjunto de 08 trabalhos selecionados pelo GT 02 evidencia uma incrível diversidade de mulheres, protagonizando práticas de agroecologia em contextos urbanos e metropolitanos, tanto nos espaços privados como nos espaços públicos. Mulheres que se reconhecem ou são (re)conhecidas como raizeiras, benzedeiros, parteiras, pescadoras, mulheres em situação de rua, permacultoras, assentadas da reforma agrária, agricultoras urbanas, agricultoras familiares, indígenas, jovens agricultoras, quilombolas, povos de terreiro, terapeutas, assessoras, técnicas, pesquisadoras, extensionistas, gestoras públicas, dentre outras identidades.

Os contextos e territórios que situam as experiências também são diversos, compreendendo as maiores metrópoles do Brasil - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Recife - e uma cidade de pequeno/médio porte em Minas Gerais - Diamantina.

Conforme já indicado na apresentação dessa síntese, a maioria dos trabalhos apresentou um caráter de relato de experiências, sendo 04 de extensão universitária, 02 acompanhados por ONGs, 01 por gestoras públicas/ONG e uma pesquisa de doutorado em andamento.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados foram priorizadas abordagens qualitativas, como a educação popular, a observação participante e a pesquisa participante, metodologias de caráter descritivo onde as pesquisadoras se reconhecem como ativas e atuantes no processo de pesquisa. Em 02 (dois) trabalhos estão presentes depoimentos das próprias protagonistas ao longo do texto, sinalizando uma valorização dos significados e representações dessas mulheres pelas pesquisadoras, extensionistas e assessoras técnicas que produziram os textos. Em outros 2 (dois) trabalhos foram utilizados questionários semiestruturados para direcionar a qualidade das informações buscadas.

Outras abordagens e metodologias presentes no desenvolvimento dos trabalhos foram a realização de rodas de conversa, oficinas práticas de plantio e/ou beneficiamento de cultivos, oficinas de sensibilização e aulas. No conjunto dos trabalhos observou-se um cuidado na construção e condução desses momentos, em desenvolver e/ou utilizar metodologias que dialoguem com a realidade local, dando espaço para as participantes se posicionarem e em algumas situações foram realizadas parcerias e diálogos com instituições atuantes no território.

De modo geral, os trabalhos apresentam algum esforço em utilizar categorias de análise, mas não necessariamente explicitam referências teóricas e/ou destacam as principais autoras/es e conceitos que utilizam para "ler" as experiências.

Como se trata de um Colóquio sobre Feminismo e Agroecologia, as lacunas mais observadas foram a ausência ou fragilidade de referenciais teóricos relacionados a ambos os campos. Usualmente as autoras utilizam termos para se referir a perspectivas feministas e agroecológicas, sem necessariamente explicitar os referenciais teóricos ou conceitos que subsidiam a discussão. Outros trabalhos explicitam os referenciais, mas não articulam a teoria/conceitos acionados com a experiência relatada ao longo do texto. As principais tendências teóricas identificadas foram da Economia Feminista e do Ecofeminismo.



Como exemplo, reconhecemos experiências que tocam em importantes problemáticas como a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura e na agroecologia e, a sua conseqüente desvalorização durante o desenvolvimento das reflexões sobre as experiências apresentadas, mas carecem de referenciais que contextualizem histórico e politicamente a natureza das opressões que caracterizam esse processo de invisibilidade. Nesse sentido, ressaltamos a importância de mobilizar as referências teóricas sobre feminismo/economia feminista ou ecofeminismo para articular as experiências com o contexto ampliado da divisão do trabalho e da invisibilidade da economia de quintais.

No mesmo sentido, ainda que alguns trabalhos explicitem autoras/es de referência do campo agroecológico, como Primavesi (2016), Shiva (1997), Siliprandi (2009), observa-se que foram pouco exploradas ao longo dos trabalhos, as conexões entre a divisão sexual de trabalho e a organização dos sistemas alimentares, por exemplo. E, via de regra, não há uma articulação entre a análise das experiências e os referenciais indicados, na medida em que os conceitos de agricultura urbana e da agricultura familiar também são, muitas vezes, acionados sem abordar uma literatura já encontrada sobre estas temáticas e, que situam essas construções conceituais (até mesmo legal e normativa) mais ou menos criticamente em relação à organização contemporânea dos sistemas alimentares e em relação à sua dimensão espacial/territorial.

Uma terceira lacuna identificada foi a ausência de contextualização dos processos de urbanização/metropolização dos territórios nos quais se encontram as experiências relatadas, e ainda se existem e quais são as especificidades da agroecologia e/ou do trabalho das mulheres nesses contextos. Essa fragilidade também pode ser notada na ausência, em quase, todos os textos, de referenciais relacionados à produção do espaço urbano ou ao direito à cidade. Apenas um texto apresentou referências sobre o comum ou o bem viver (HARDT, NEGRI, 2016; ACOSTA, 2016).

Considerando os apontamentos acima, apresentamos, a seguir, algumas questões problematizadoras que podem articular as experiências e reflexões apresentadas nos textos selecionados e as referências teórico-conceituais indicadas pelo GT:

- . Quem são as mulheres protagonistas das práticas agroecológicas e, como essas práticas influenciam suas vidas nos territórios urbanos/metropolitanos?
- . Como as práticas agroecológicas das mulheres contribuem para a construção da sua autonomia e liberdade, assim como para a construção de territórios urbanos/metropolitanos?
- . Como a reafirmação da produção agroecológica, a gestão de recursos comuns e a comercialização solidária em territórios urbanos representam uma resistência às tendências capitalistas hegemônicas de controle da terra, como alternativas emancipatórias de reestruturação territorial e reprodução ampliada da vida?
- . Dentre as atuais temáticas (Agricultura urbana, plantas medicinais, conhecimentos tradicionais, espiritualidade, segurança alimentar, agrobiodiversidade, produção do comum, construção social de mercados) qual indica maior potência para a organização das mulheres nos territórios urbanos, especialmente com as juventudes?
- . Como as experiências de redes articulam as práticas agroecológicas e a organização social das mulheres nos territórios urbanos, tanto para fortalecer a produção e comercialização em pequena escala, como para enfrentar diferentes expressões de violência e conflitos territoriais com outras atividades econômicas e de preservação ambiental?



. Como as experiências no campo do planejamento urbano, que articulam usos agrícolas em áreas urbanas, podem construir outras relações entre natureza e urbanização e reforçar a função social da terra, premissa básica para a soberania alimentar e o direito à cidade?

. Como podemos aproximar/conectar essas e outras experiências criativas que apontam caminhos para a sustentabilidade da vida em espaços urbanos, a fim de fortalecer as mulheres e o nosso fazer comum?

“Amo as mulheres desde a sua pele que é a minha a que se rebela e luta com a palavra e a voz desembainhadas,
a que se levanta de noite para ver se o filho chora, a que luta inflamada nas montanhas,
a que trabalha mal-paga na cidade, Vamos e que ninguém fique no caminho...
para que este amor tenha a força dos terremotos... dos ciclones, dos furacões
e tudo que nos aprisionava exploda convertido em lixo.” Gioconda Belli

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos; tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese. Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Eds.). Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2007.

BOLLIER, David. Think like a commoner: a short introduction to the life of the commons. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

CARRASCO, Cristina. “Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina”, Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global, 2009, núm. 108, pp. 45-54.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Primera edición. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DELLENBAUGH, Mary; KIP, Markus; BIENIOK, Majken; MULLER, Agnes Katharina; SCHWEGMANN, Martin (eds.). Urban commons: moving beyond state and market. Basel: Birkhäuser Verlag GmbH, 2015. [Seizing the (every)day: welcome to the urban commons!]

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Tica. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2014.

FORSTER, T. HUSSEIN, K. MATTHEISEN, E. Sistemas alimentares urbano-regionais: uma abordagem inclusiva e integrada para melhorar os sistemas alimentares e as ligações urbano-rurais. RUAF Foundation. Revista de Agricultura Urbana no. 29 – Maio de 2015.

HARDT, M. & NEGRI, A. Bem estar comum. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

JENNINGS, Steve. COTTEE, Julian. CURTIS, Tom. MILLER, Simon. O alimento num mundo urbanizado: o papel dos sistemas alimentares urbano-rurais. RUAF Foundation. Revista de Agricultura Urbana no. 29 – Maio de 2015.

DUBBELING, Marielle. SANTINI, Guido. BUTACARIU, Camelia. Os Sistemas Alimentares Urbano-Regionais e a Gestão de Seus Resíduos: Ligando as áreas urbanas e rurais para um desenvolvimento sustentável e resiliente. GIZ. RUAF Foundation. Maio 2016.

HILLENKAMP, Isabelle; GUERIN, Isabelle; VERSCHUUR, Cristine. “A Economia Solidária e as teorias



feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. In: "Reflexões feministas: mulheres construindo Economia Solidária, Mossoró: Centro Feminista 8 de março, 2016.

LEFEBVRE, Henri (1974). *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991. LEFEBVRE, Henri (1970). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. LEFEBVRE, Henri (1968). *O direito à cidade*. Sao Paulo: Centauro, 2011.

McCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, v. 19, p. 2, p. 147-171, 2014. Disponível em: http://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp_fac.

MORENO, Renata. *Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização feminista (SOF), 2015.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.17-31.

PRIMAVESI, A. *Como conhecer o solo e sua saúde. Manual do Solo Vivo*. São Paulo: Expressão Popular. 2016. 2a edição, 9 - 22).

RODRIGUES, Clarice Fernandes. *A Mulher no espaço público - Uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço*. ISSN 2179-510X, Florianópolis, 2017.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão 30*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 73 p. 2008. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/123017/1/sgetexto30.pdf>.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2009.

SHIVA, V; MIES, M. Introdução. In: SHIVA, V; MIES, M. (org.). *Ecofeminismo*. 1a edição. Lisboa: Edições Piaget. 1997. 1-22.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Belo Horizonte: UFMG, Tese de Doutorado em Geografia, 2017.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. *Progress in Human Geography*, v. 38, n. 4, pp. 551-567, 2014. Disponível em: <http://phg.sagepub.com/content/early/2014/02/04/0309132513512542>.

VALENCIANO, R. C. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? *Scripta Nova (Barcelona)*, Universidade de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 2-14, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, Supl. 1, 2014.



ANEXO - Institucionalidades envolvidas nos trabalhos apresentados no GT

- Acampamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta - São Paulo/São Paulo
- Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) - Região Metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais
- Articulação Metropolitana de Raizeiras, Benzedeiras e Parteiras na RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais
- Articulação PACARI - Plantas Medicinais do Cerrado
- Associação AMANU - Jaboticatubas/Minas Gerais
- Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACCRN)
- Associação de Moradores de Capão Grosso - Jaboticatubas/Minas Gerais
- Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas/CAPS AD III, Brasília
- Centro de Mulheres do Cabo - Pernambuco
- Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (CMAUF) - Contagem/Minas Gerais. Coletivos: Tulipas do Cerrado, Mudas pra Mudar, Horta Linda e Mangarandu, Brasília
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) - São Paulo/São Paulo
- CRAS Bom Jesus, Palha e Rio Grande - Diamantina/Minas Gerais
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) - Diamantina/Minas Gerais
- Ervanário São Francisco de Assis - Sabará/Minas Gerais
- Fundação Municipal do Bem estar do Menor (FUMBEM) - Diamantina/Minas Gerais
- Fundação Pró-Universitária do Vale do Jequitinhonha (FUNIVALE) - Diamantina/Minas Gerais
- GAU – Grupo de Agricultura Urbana - São Paulo/São Paulo
- GT Mulheres e Agroecologia da ANA
- Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) - Belo Horizonte/Minas Gerais
- Grupo Kaipora/UEMG - Ibirité/Minas Gerais
- Instituto Permacultura Lab.
- LaQAF/UFPE (Laboratório de Química Aplicada a Fitoterápicos) - Pernambuco
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - São Paulo/São Paulo
- NAC - Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE)
- Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)
- Rede Urbana de Agroecologia (R.U.A. Metropolitana) - Região Metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais
- Secretaria do Desenvolvimento Social de Diamantina - Diamantina/Minas Gerais
- Sempreviva Organização Feminista (SOF) - São Paulo/São Paulo
- Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte - Belo Horizonte/Minas Gerais
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Dia